

Por Daniel Santos de Freitas e Victor Henrique Pinto Pereira

Saúde suplementar enfrenta crescente número de ações judiciais por negativas de custeio de cirurgias plásticas reparadoras pós-bariátricas. Entenda seus direitos

A saúde suplementar no Brasil enfrenta um crescente número de disputas judiciais, muitas delas decorrentes de negativas abusivas por parte de operadoras de planos de saúde, especialmente no custeio de cirurgias plásticas reparadoras pós-bariátricas.

Essas negativas, frequentemente justificadas com base em cláusulas contratuais restritivas ou na ausência de previsão no rol de procedimentos da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar¹, têm gerado não apenas prejuízos à saúde física e mental dos beneficiários, mas também um aumento significativo da judicialização.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Migalhas, em 08.05.2025